

POLÍTICAS INCLUSIVAS EM DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Inclusive Political Dialogue with Technological Education

Willian Silva de Paula¹
Maristela Abadia Guimarães²
Gláucia Mara de Barros³

RESUMO: Este artigo pensa o ensino profissionalizante como mecanismo para promover as políticas inclusivas, por meio de ações de pesquisa. Para isso, apresenta um breve histórico da Rede Federal de Educação Tecnológica, as mudanças ocorridas na Instituição até 2008, quando o Governo Federal cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, a partir dessa criação, como a pesquisa tem sido pensada e proposta para incluir estudantes desassistidos de políticas públicas educacionais. Apresenta também a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígena e de Fronteira e o Projeto Mapeando a cor no IFMT: I Censo Etnicorracial dos estudantes do IFMT que permitirá a escritura I Relatório Sobre o Perfil Etnicorracial dos Estudantes do IFMT como instrumentos para estudos comparativos que venham avaliar a realidade socioeducacional dos estudantes em todos os seus campi, de acordo com suas singularidades, e abrir múltiplos caminhos para outras pesquisas a partir dos dados obtidos.

PALAVRAS-CHAVE: IFMT. Políticas de Inclusão. NUMDI. Censo Etnicorracial.

ABSTRACT: This article thinks professionalizing education as the way to promote the politics inclusive, by research actions. For this, it presents a historical of Rede Federal de Educação Tecnológica, the changes in the Institution up to 2008, when the Federal Government creates the Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia and, how, in this context, the research has been thought and proposal to include students unprovided of educational public politics. It also presents the creation of the Nucleus of Studies Afro-Brazilians, Indians, Border and the Project " Mapeando a Cor no IFMT" - I Etnicorracial Census of the Students in IFMT , which provides to write the I Report About the Etnicorracial characteristics in IFMT as instruments for comparative studies that come to evaluate the socioeducational reality of the students in all its campi, in accordance with its realities, and offer different ways for other research from the gotten data.

WORDKEYS: IFMT. Politics of Inclusion. NUMDI. Etnicorracial Census.

¹Mestre em Educação. Docente na área de Língua Portuguesa e Inglês. Diretor Geral Pró-tempore do IFMT – Campus Confresa

E-mail: willian.paula@cfs.ifmt.edu.br

²Mestre em Educação. Docente na área de Língua Portuguesa e Literatura. Coordenadora de Pesquisa e Inovação. Coordenadora NUMDI – IFMT - Campus Fronteira Oeste – Pontes e Lacerda

E-mail: maristela.guimaraes@plc.ifmt.edu.br

³Especialista em Direito. Advogada. Diretora Geral Pró-tempore do IFMT – Campus Fronteira Oeste – Pontes e Lacerda. E-mail: glaucia.barros@plc.ifmt.edu.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cuja origem remonta ao ano de 1909 com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, passa por um momento ímpar em sua história, com a missão de expandir essa educação de forma gratuita e de qualidade, com a incumbência de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural do país, sem perder de vista o seu caráter inclusivo e sustentável, conforme observa Eliezer Pacheco:

Assim, a responsabilidade que toma para si no universo da educação na sociedade, ao definir como meta central o desenvolvimento humano, intrinsecamente vinculado a uma proposta de trabalho enraizada com a realidade, a rede federal de educação tecnológica traz para dentro de seu lócus o compromisso com uma população diversificada, em diferentes estágios de formação, com desafios de vida cada vez mais complexos, cidadãos que alimentam expectativas bastante promissoras de vida. Cabe ressaltar, no entanto que, por sua trajetória histórica, essas instituições possuem uma identidade com as classes menos favorecidas e com um trabalho no sentido da emancipação.

Esse ensino profissionalizante passa por mais uma mudança de cenário através da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e tendo por base as metas e ações apontadas pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), respeitadas as possibilidades e condições atuais e considerando a evolução das ações do plano de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Nesse cenário, nasce o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres e de suas respectivas unidades de ensino descentralizadas - Campo Novo do Parecis, Bela Vista e Pontes e Lacerda, transformados em campi do instituto. Este último, hoje denominado Campus Fronteira Oeste, pela identidade assumida e que será objeto de discussão neste artigo.

Além da integração dessas instituições, também foram implantados mais cinco campi, nos municípios de Barra do Garças, Confresa, Juína, Rondonópolis e Sorriso. E estão em projetos de implantação os campi de Primavera do Leste, Alta Floresta e Várzea Grande. Todos os campi do IFMT atingem e abrangem os setores econômicos dos segmentos agrário, industrial e tecnológico, de forma a ofertar cursos de acordo com as necessidades culturais, sociais e dos arranjos produtivos de todo o Estado; privilegiar os mecanismos de inclusão social e de desenvolvimento sustentável e promover a cultura do empreendedorismo e associativismo, apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda.

A missão institucional está focalizada na inclusão social, conforme se observa no texto elaborado para compor o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2009), documento elaborado a partir de uma Comissão de Elaboração do PDI, que organizou por

meio de uma metodologia própria, ao longo de seis meses, discussões internas sobre os problemas a serem sanados e metas a serem alcançadas institucionalmente. O ciclo de planejamento contou com pesquisas em que os gestores, docentes, técnico-administrativos, estudantes e a comunidade externa foram convidados a fazer diagnóstico de suas unidades, apresentando críticas sobre o planejamento institucional e sugerindo aperfeiçoamentos para o processo.

Um total de dez audiências públicas em nove municípios que possuem campus do IFMT - ainda não incluso o campus Sorriso - foram organizadas e efetivamente realizadas buscando a maior participação possível de todos no sistema de planejamento institucional. Além das audiências, foram disponibilizados questionários e e-mails para que as comunidades pudessem emitir suas críticas, sugestões e questionamentos.

Essa comissão, a partir das informações levantadas, discutiu os elementos e sugestões apresentados e definiu os elementos básicos do Planejamento Estratégico do IFMT. Originando, assim, a missão de

proporcionar a formação científica, tecnológica e humanística, nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental (PDI, 2009).

Nessa perspectiva, a educação se constitui em um mecanismo de transformação humana, em que o processo de passagem da consciência ingênua para a consciência crítica representa a plenitude do trabalho educativo, tendo como resultado a produção científica como forma de melhorar a qualidade de vida no planeta.

Sabe-se que a educação é um instrumento ideológico que atua na manutenção do sistema, como também pode ser instrumento de transformação, se trabalhada no sentido da libertação e da autonomia. É nesta perspectiva que o IFMT delinea sua política de ensino:

- I. Desenvolver políticas no sentido da verticalização do ensino e elevação do nível de escolaridade, atendendo desde o ensino médio, a educação de jovens e adultos e formação inicial e continuada do trabalhador até à Pós-Graduação;
- II. Garantir a articulação teoria e prática, considerando o saber científico e o saber tácito; na perspectiva de romper com a dualidade propedêutico x profissional;
- III. Buscar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão via realização de fóruns permanentes de reflexão quanto a temáticas inerentes ao contexto educativo;
- IV. Reconhecer a contribuição, as experiências que o aluno pode trazer para o processo de construção do conhecimento;
- V. Considerar o aluno como centro das ações educacionais no sentido da construção do conhecimento;
- VI. Adotar políticas que possibilitem a inclusão social, a democratização do acesso e permanência na escola;
- VII. Possibilitar crescente difusão e utilização das novas tecnologias da informação como ferramenta de democratização;

- VIII. Trabalhar a difusão dos conhecimentos e das tecnologias;
- IX. Desenvolver pesquisa aplicada nos cursos de bacharelado, licenciatura, tecnologia e de cursos técnicos, que possam também concorrer para o desenvolvimento local e regional de forma sustentável;
- X. Desenvolver canais de comunicação com as esferas públicas e com a sociedade organizada, tendo em vista a educação inicial e continuada dos trabalhadores;
- XI. Capacitar e valorizar o profissional da educação;
- XII. Desenvolver trabalho em função da valorização da rede pública de ensino via parcerias;
- XIII. Fortalecer o sistema de avaliação institucional;
- XIV. Promover a cultura, o esporte e o lazer;
- XV. Criar um sistema único de biblioteca;
- XVI. Implantar um programa único de sistema acadêmico;
- XVII. Conceber a avaliação da aprendizagem na concepção diagnóstica e formativa;
- XVIII. Possibilitar a adoção de um currículo dinâmico, flexível e interdisciplinar;
- XIX. Garantir a efetivação da gestão democrática.

O trabalho do IFMT visa à superação das tendências pedagógicas conservadoras como a inatista e a comportamentalista buscando as pedagogias mais críticas, instalando o diálogo e a interação como mecanismos possibilitadores de troca, fazendo do espaço um campo verdadeiro de aprendizagens para todos e um lugar em que a discussão se faça a partir da leitura da realidade.

O Projeto Pedagógico Institucional do IFMT estabelece, como política para o desenvolvimento de seus diferentes setores educacionais, linhas básicas de ação, que, a cada projeto pedagógico de curso são retomadas, aprofundadas ou mais detalhadamente especificadas.

Todas essas linhas se fazem norteadoras do trabalho educativo nos diferentes níveis e modalidades de ensino, também se evidenciando na pesquisa e na extensão, perpassando ações que caracterizam uma gestão participativa.

O IFMT através de sua missão assume um compromisso com a inclusão social, tendo como primeiro passo a construção de uma Política de Inclusão Social através de uma pedagogia centrada no aluno.

Para isso, segundo Booth e Ainscow (2000), a inclusão depende de três dimensões interrelacionadas: a construção de uma cultura inclusiva, de política inclusiva e de práticas inclusivas.

Para os autores, cultura inclusiva é a possibilidade da criação de uma comunidade escolar segura, acolhedora, colaborativa e estimulante na qual cada sujeito é valorizado. Esses valores devem ser compartilhados por toda a comunidade escolar (estudantes, familiares, membros do conselho escolar, professores funcionários e gestores). Essa cultura assegura que a inclusão seja o centro do desenvolvimento da escola, fomentando todas as ações e as políticas

para que melhore a aprendizagem e a participação de todos discentes. Essas ações devem ser planejadas em função de contemplar a perspectiva do desenvolvimento dos alunos e não apenas as exigências administrativo-burocráticas dos sistemas de ensino, de forma a se traduzir em mudanças nas condições objetivas, físicas, estruturais e pedagógicas da escola.

As práticas educativas devem assegurar que as atividades de sala de aula e as extraescolares promovam a participação e o engajamento de todos os alunos. Ela deve considerar que o ensino e os apoios se integram para orquestrar a aprendizagem e superar barreiras nestas aprendizagens, bem como nas dificuldades de participação efetiva de todos os alunos nas práticas pedagógicas.

PROGNÓSTICOS: IFMT E POLÍTICAS INCLUSIVAS

O IFMT, escola pública compromissada com a educação para todos, buscará através de seu Projeto Político Pedagógico Institucional – em construção – ampliar seu alcance de atuação, e, através de vários Projetos Educacionais desenvolvidos, buscará garantir aos cidadãos possibilidades diversas de inserção social através da Educação Tecnológica.

Tendo os princípios da inclusão garantidos no PDI da Instituição, os grupos de discussão foram se formando e colocando em prática as ações em prol do desenvolvimento de políticas para que a inclusão aconteça no IFMT de forma a atender de fato todos aqueles que estão à margem da sociedade, dentre eles a comunidade negra, indígena e de fronteira de Mato Grosso, dadas as peculiaridades de cada campi, considerando a dimensão territorial de Mato Grosso, terceiro maior Estado do país.

Nesse âmbito nasce, em 2011, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígena e de Fronteira Maria Dimpina Lobo Duarte (NUMDI), com sede no IFMT-Campus de Pontes e Lacerda, que atenderá a todos os campi do Instituto, cujo nome foi inspirado na primeira servidora pública negra do estado de Mato Grosso, dando expressão e voz a uma mulher negra, mato-grossense.

Ao criar e regulamentar o NUMDI, o Campus então denominado com o nome do município onde se situa, passa a se chamar Campus Fronteira Oeste. Essa mudança se justifica em atendimento a duas políticas educacionais de inclusão e afirmação de identidades: a lei 10.639/03 e a lei 11.645/08, com as quais o Governo Federal buscou afirmar os diversos povos brasileiros valorizando suas raças e suas etnias. Conforme está na lei, busca-se a formação da população brasileira, com ênfase na valorização da “luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil”⁵. A formalização da lei não garante sua aplicação, para que ocorra é preciso mecanismos que a materializem, o que se dá a partir de mudanças educacionais concretas, como as que passaram a acontecer com a criação do Núcleo.

⁵Sobre a mudança do nome do Campus Pontes e Lacerda para Campus Fronteira Oeste, foi produzido artigo com justificativa publicado em <http://www.ifmt.edu.br/webui/?campus=PLC¬icia=1004933>, em 08 de dezembro de 2011, e o documento para consolidação tramita institucionalmente.

Políticas inclusivas passam, então, a configurar como medidas pedagógicas urgentes, algumas de curto prazo – como projetos de pesquisas desenvolvidos no Campus – e a longo prazo, alterações nos projetos pedagógicos dos cursos, inserindo as propostas contempladas nas duas leis supracitadas que alteram a LDB 9.394/96.

Atualmente, estão em andamento 4 projetos de pesquisas com ênfase em resultados que permitam valorizar as populações negras e de fronteira, dois com recorte para juventude, gênero, trabalho e negritude; um para a integração das fronteiras Brasil-Bolívia, que deve resultar num termo de Cooperação entre o IFMT e a Universidad Autónoma “Gabriel René Moreno” e, por fim, o “Projeto Mapeando a cor no IFMT: primeiro censo etnicorracial do IFMT”, sobre o qual discutiremos a seguir.

Mapear a cor é tarefa urgente para o Século XXI no Brasil, momento em que as cotas raciais são por unanimidade aprovadas no Supremo Tribunal Federal (26 de abril de 2012). Delinear o perfil etnicorracial de estudantes da educação Profissional e tecnológica é inédito no país. Algumas instituições de ensino superior já recensearam seus estudantes, a exemplo da UFF e UFMT, mas para os IFes esse é um novo compromisso.

Com esse Projeto de Pesquisa, queremos saber quem são nossos alunos, qual a ocupação de seus pais, qual sua origem e pertencimento racial para, a partir desse delineamento de cor e raça, pensar políticas públicas educacionais que possam, não somente inserir novos estudantes, mas também garantir a permanência dos que aqui já estão. Como são 11 campi e cerca de 12.000 alunos matriculados no ensino médio integrado, subsequente e superior, o desafio proposto é grande.

Em busca de se alcançar os resultados pretendidos, foi necessário traçar estratégias metodológicas inovadoras: são 18 pesquisadores distribuídos nos campi e 16 bolsistas trabalhando no estudo e levantamentos dos dados. A equipe é orientada por duas professoras doutoras, ambas das equipes responsáveis pelos censos aplicados na UFF e UFMT. A metodologia de aplicação é a mesma do IBGE e serão três capacitações para a equipe. A primeira já foi realizada em abril de 2012, quando foram estudados conceitos sobre relações raciais e educação; como a questão racial tem sido investigada no Brasil; como têm sido as propostas de discutir estatisticamente relações raciais (censo); os tipos de levantamentos já realizados; os avanços, Censos UFMT e UFF e resultados, além das orientações para a equipe (pesquisadores e bolsistas de todos os campi), integrantes do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígena e de Fronteira Maria Dimpina Lobo Duarte – NUMDI e o Grupo de Pesquisa em Estudos Étnico-raciais e de Fronteira – GEPEF, hoje com 25 membros, entre pesquisadores e bolsistas.

Recensear a população de estudantes do IFMT significa um enorme desafio, ainda mais quando se busca, por meio da questão etnicorracial, conhecer a condição socioeconômica desses estudantes e de suas famílias. Ao tratar dessa questão, é preciso ter em mente que estudar as relações étnico-raciais no Brasil é uma forma – das muitas existentes – para promover, pela educação, o acesso a políticas públicas necessárias para garantir ao cidadão o seu direito à cidadania.

Recensear significa ainda atender aos interesses do Estado e das instituições que necessitam da inclusão estatística para levantamento da diversidade etnicorracial de seus estudantes, de modo a poder cumprir com o compromisso assumido pelo Brasil e disposto no “Relatório da Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, acontecida em Durban” (2001) que, em seu preâmbulo, reconhece que

“ações nacionais e internacionais são necessárias para o combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, a fim de assegurar o pleno gozo de todos os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, que são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, e para melhorar as condições de vida de homens, mulheres e crianças de todas as nações (grifos nossos)”.

O Relatório da Conferência de Durban detalha ações para todos os povos – africanos e afrodescendentes, indígenas, migrantes e outros –, os quais estão contemplados em todo o estado de Mato Grosso, onde o IFMT conta com 11 campi distribuídos nos mais diferentes regiões e, pela dimensão territorial mato-grossense, 3º maior Estado do país. Cada Campi tem suas singularidades, o que será percebido e confirmado por meio deste mapeamento.

Ainda no Relatório da Conferência, consta a obrigatoriedade de se realizar “políticas e práticas – coleta e disseminação de dados, pesquisas e estudos”, as quais devem coletar, compilar, analisar, disseminar e publicar dados estatísticos confiáveis para resultar em ações de combate às desigualdades e proporcionar melhoria de condições de vida às populações. Para atingir esse fim, o Documento recomenda que os dados levantados contemplem indicadores socioeconômicos, condições de educação, média de rendimentos entre outros. É o que está proposto neste Projeto que objetiva mapear a cor dos estudantes do IFMT para levantamento de sua origem etnicorracial e condições socioeconômicas.

Assim, como resultado deste levantamento, em 2013, será publicado o I Relatório Sobre o Perfil Etnicorracial dos Estudantes do IFMT, que será o instrumento para compreender o papel do IFMT, conforme estabelecido na Lei 11.892/08, artigo 6, incisos de I a IX e buscar, assim, promover políticas públicas que consolidem as Finalidades. Ainda em diálogo com a Legislação que ampara o IF, o artigo 7, inciso III, contempla que é mister realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade. Em assim sendo, este Relatório também permitirá elaborar estudos comparativos que venham a avaliar a realidade socioeducacional dos estudantes do Instituto Federal de Mato Grosso, em todos os seus campi, de acordo com suas singularidades e também abrirá múltiplos caminhos para outras pesquisas a partir dos dados obtidos.

Além disso, o Censo concluirá outro aspecto, o de responder para que o IFMT veio. Se está, ou o que precisa para estar, no caminho traçado em seu PDI, no PPPI em construção e na lei que o orienta.

CONSIDERAÇÕES QUE SE ANUNCIAM

De uma forma bastante simplista e ainda sem embasamento científico, de modo empírico, por meio de observações e diálogos com antigos e atuais dirigentes da Instituição, percebe-se que a Escola Técnica Federal, ou o CEFET-MT, hoje Instituto Federal, em seus diversos momentos, atendeu a uma elite que, mesmo podendo pagar uma instituição particular, optava pelo ensino técnico devido à qualidade e formação.

Abandonadas por algum tempo por alguns governos, essas escolas técnicas mantiveram seu respeito e credibilidade nas poucas localidades onde se encontravam. Mantinham a tradição pela qualidade e colhiam frutos do empenho dos servidores e, conseqüente, desempenho de seus alunos.

Hoje, com um novo "nome", não perdeu seu mister, ao contrário, tornou-se abrangente. A política educacional vigente no país trouxe novos desafios; novas descobertas, entretanto, também chegaram e se vislumbra que podemos ainda mais, se considerarmos os avanços das políticas educacionais inclusivas.

A população menos favorecida passou a ser foco de programas abraçados pelos IFes e os, até então, excluídos da educação passaram a ter voz em grupos de pesquisa, onde inserem discussões e são chamados a participar como fundamental e não apenas como número ou mero espectador e repetidor de conceitos.

A formação crítica é consolidada a cada momento, e o IFMT passa a ser palco de expressões e não de repressões. Por estar o Campus Fronteira Oeste no município de Pontes e Lacerda, a oitenta quilômetros de Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital de Mato Grosso e reconhecida como quilombo urbano, tomou para ele a identidade que sempre teve, mas que se consolidou com a chegada da pesquisa.

O que se esperava em termos de resistência pela mudança do nome, até por questões "apaixonadamente bairristas", foi surpreendente, pois a pesquisa obrigou-os a se reconhecerem com a identidade do próprio Campus.

Os IFes têm esse poder de unir, compartilhar, cooperar, inovar e recriar, e unem, por meio dessas ações, seus Campi, assim como compartilham conhecimentos, cooperam em suas conquistas, inovam ideias e recriam pensamentos, ações que só se realizam por meio do estudo, de projetos e da investigação científica.

Referências bibliográficas

BEJARANO, Juan Pablo Estupiñán. Qual é sua raça ou grupo étnico? Censos, classificações raciais e multiculturalismo na Colômbia e no Brasil. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia. Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. Salvador: UFBA. Jul. 2010. Disponível em http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_bejarano.pdf. Acesso em: 02 de maio de 2011.

BOOTH, T.; et. Allii. Index for Inclusion: developing learning and participation in school. Bristol: Centre for Studies on Inclusive Education. 2000.

BRANDÃO, André Augusto; TEIXEIRA, Moema De Poli (orgs.). Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso: dados preliminares. Niterói: EdUFF, 2003.

BRASIL. Lei de Criação dos Institutos Federais. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <TTP://www.leidireto.com.br/lei-11892.html>. Acesso em: 04 jan. 2010.

IFMT. PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. 2009.

IFMT. Regimento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígena e de Fronteira Maria Dimpina Lobo Duarte – NUMDI. Novembro de 2011.

PACHECO, Eliezer. Os institutos federais e o projeto nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_institutos.pdf. Acesso em: 04 mar 2011.

PAULA, Willian Silva de. Trajetórias profissionais de jovens negros egressos do Centro Federal de Educação de Cuiabá, no período de 1995 a 1999. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Cuiabá: UFMT, 2006.

PETRUCELLI, José Luis. Raça, Etnicidade e Origem nos Censos de EUA, França, Canadá e Grã-Bretanha. In. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24, nº 3, 2002. P. 533-561. (Texto em pdf).

UNESCO. Declaração de Durban. Relatório da Conferência Mundial Contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Durban, 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. UNESCO/Comitê Paulista para a Década da Cultura de Paz 2001-2010. Disponível em: TTP://www.comitepaz.org.br/Durban_1.htm. Acesso em: 03 de maio de 2011.